



XVIII CONGRESSO da ORDEM DOS ENGENHEIROS

Aveiro, 4, 5 e 6 de Novembro de 2010

Intervenção do Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Eng. Carlos Matias Ramos
(Sessão de Abertura)

Exmo. Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Élio Maia

Exmo. Senhor Governador Civil

Exmo. Senhor Reitor da Universidade de Aveiro

Exmos. Senhores Vice-presidentes da Ordem dos Engenheiros, Eng.^{os} José Vieira e
Victor Gonçalves de Brito

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Directivo da Região Centro da OE, Eng.^o
Octávio Alexandrino

Exmos. Senhores Presidentes das Regiões Norte e Sul da OE, Eng.^{os} Fernando Almeida Santos e Carlos Mineiro Aires

Exmo. Senhor Delegado Distrital de Aveiro da OE, Eng.^o Belmiro Couto

Minhas Senhoras e meu Senhores, Caros Colegas

As minhas primeiras palavras são para agradecer a todos os que contribuíram para a concretização deste Congresso, destacando os membros do Conselho Directivo Nacional, os Presidentes dos Conselhos Nacionais dos Colégios de Especialidade, os membros do Conselho Directivo da Região Centro, o Delegado e Vogais da Delegação de Aveiro, bem como os oradores e moderadores das sessões.

Também um reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, pela forma pronta, disponível e entusiástica como nos proporcionou o acolhimento e o apoio logístico, factores essenciais para o sucesso deste XVIII Congresso da Ordem dos Engenheiros.

Cumpr-me, igualmente, proceder a um agradecimento às empresas e demais instituições que patrocinaram e apoiaram a realização deste Congresso, tendo acreditado no interesse dos temas e no nível de exigência sempre colocado pela Ordem dos Engenheiros nos eventos que realiza.

Aos convidados que nos honraram com a sua presença, uma palavra de agradecimento e saudação.

Permitam-me uma palavra de estima e agradecimento pela presença dos Bastonários das Ordens dos Engenheiros de Angola e de Cabo Verde, dos representantes do Bastonário da OE de Moçambique, bem como dos restantes membros das delegações das respectivas Ordens, pela presença dos representantes da CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia, da Associação Brasileira de Engenheiros Civis, da Associação Latino-americana de Engenharia de Segurança do Trabalho, todas do Brasil, do Presidente do Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos de Espanha e do Presidente deste Colégio na Galiza, do Presidente do Consejo General de Colegios dos Ingenieros Industriales de Espanha, do Presidente do Instituto de Ingeniería de Espanha, da Presidente do Centro Paraguayo de Ingenieros e do Vice-Presidente da FEANI.

É nossa convicção que a Vossa presença constitui o entendimento de que os nossos problemas têm uma base comum e que a língua e a cultura que nos une, possibilitando a sua fácil discussão e difusão, justifica a certeza de que entre nós não há fronteiras, nem alfândegas do pensamento, quando se trata da defesa de uma engenharia de qualidade ao serviço dos nossos países.

Por último, os meus agradecimentos aos representantes das Ordens portuguesas aqui presentes.

Exmos. Senhoras e Senhores, Caros Colegas,

Pretende-se que o Congresso acolha, simultaneamente, uma reflexão sobre o passado próximo e sobretudo um debate sobre as linhas de acção futura, quer na

actividade profissional dos engenheiros, quer na sua contribuição para o progresso económico e social de Portugal, aspecto particularmente relevante na situação actual.

A escolha da cidade de Aveiro para este importante evento correspondeu a uma decisão com um significado próprio. Trata-se de uma região que constitui um exemplo de uma relação eficaz entre o conhecimento científico e tecnológico, potenciado pela sua Universidade, e o meio empresarial, que aplica esse conhecimento ao serviço de uma economia diversificada, que extravasa, em larga medida, as fronteiras locais.

Aveiro é um exemplo bem sucedido de troca de sinergias entre a academia e o tecido empresarial e a cidade. O aproveitamento do conhecimento de base tecnológica, produzido em ambiente académico, catapultou esta região do país para elevados níveis de desenvolvimento, atraindo indústria, importantes grupos económicos internacionais e tornando Aveiro, de acordo com estatísticas frequentemente actualizadas, numa das cidades portuguesas com melhores níveis de qualidade de vida.

O programa do Congresso é simultaneamente abrangente e concentrado em temas actuais, privilegiando-se propositadamente uma cobertura, o mais lata possível, do que é vulgarmente classificado como os “pilares” da actividade profissional de engenheiro e da sua relevância para o desenvolvimento económico. São eles a qualificação, a inovação e o empreendedorismo.

É nosso objectivo enviar ao Governo as conclusões do Congresso, por estarmos certos que, destes dois dias de trabalhos intensos, resultarão sugestões relevantes, quer nos domínios profissional, quer no que se refere à interacção da Engenharia com a sociedade.

Uma palavra muito especial de agradecimento ao Senhor Professor Augusto Mateus que, quando o convidei para nos proporcionar o seu ponto de vista sobre “Os Novos Desafios do Desenvolvimento Económico”, se prontificou desde logo para a sua apresentação, enriquecendo-nos assim com a sua visão de economista de grande prestígio.

Porquê a escolha dos temas: Qualificação, Inovação e Empreendedorismo, enquadrando-os na questão mais geral “Que Engenharia queremos para o Século XXI”?

A Engenharia é um recurso estratégico nacional, que o país tem que assumir como tal. A aposta da Ordem dos Engenheiros tem sido dirigida no sentido de desenvolver todos os seus esforços para defender a qualidade da engenharia portuguesa, qualidade que, de forma reconhecida, tem sido prestigiada dentro e fora do país. Claro está que, para este prestígio dos engenheiros, concorreu a elevada e exigente formação académica praticada em Portugal por escolas de ensino superior de excelência, que os dotou de competências de alto nível.

É esta a nossa principal cruzada – a prática de uma engenharia de qualidade –, que pretendemos cumprir com o apoio das Escolas de Engenharia, nossa grandes parceiras de caminho, com a experiência e a ética dos bons engenheiros que o

país tem produzido e com o entusiasmo dos jovens, que serão os principais protagonistas da renovação da Ordem e da engenharia do futuro.

Em relação à **qualificação**, salienta-se que Engenharia não é uma mera *commodity* de supermercado que se pode comprar sem *know-how* especial. A engenharia e tecnologia modernas são, pelo contrário, antes de tudo mais, capital humano a valorizar e a desenvolver.

A valorização deste capital passa, necessariamente, por um ensino da engenharia de qualidade, naturalmente ajustado a diferentes objectivos e garantindo diversos níveis de competências para o exercício profissional.

Daí a importância da avaliação dos efeitos das recentes mudanças no ensino superior de Engenharia, na organização da profissão de engenheiro e na qualificação e desenvolvimento profissional, assunto que será objecto da conferência a proferir amanhã pelo Eng.º José Vieira, Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros.

A engenharia é uma profissão de confiança pública. Numa sociedade moderna, esta confiança pressupõe a regulação e a certificação do exercício da profissão, baseadas em critérios claros e que não tratem de forma igual aquilo que é diferente.

A diferença está na qualidade da formação e das competências.

Quando alguém procura um profissional de engenharia qualificado, tem de acreditar que existe um sistema que só permite o exercício da profissão a quem

tem formação e competência reconhecidas para o efeito, respeitando valores que não se podem resumir à vertente económica do mercado.

Não se pense piedosamente que o mercado, baseado em formações massivas e sem o devido grau de exigência, nos vai trazer a modernização. O mercado não pode dar mais do que lá se põe. O mercado é um confronto de expectativas sobre benefícios imediatos ou de curto prazo, nada mais. Tudo o que tem que ver com mudança estrutural, horizonte de longo prazo, valores culturais, é ignorado.

Colocar esperanças apenas no mercado significaria esperar que a mão invisível funcionasse, correndo o risco de, no entretanto, serem seriamente lesados os interesses dos cidadãos.

Para além deste aspecto, todos temos consciência de que o investimento no conhecimento, na inovação e na valorização da qualificação profissional dos engenheiros, com base na adequada preparação académica e na formação ao longo da vida profissional, é o melhor investimento no desenvolvimento económico, assegurando o progresso social (sociedade do conhecimento).

Numa época em que tanto se fala no direito à diferença, a propósito de todo o tipo de questões, assistimos, no que concerne a qualificações profissionais de engenharia, a decisões políticas, expressas em documentos legislativos e regulamentares, que têm por objectivo aglutinar e classificar como igual o que é diferente.

A este propósito saliento o conteúdo da Portaria n.º 782/2009, que regulamenta o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Esta Portaria ignora a diferença entre

formações académicas antes e depois do designado “Processo de Bolonha”, atribuindo o mesmo nível ao bacharelato e à licenciatura (nível 6), sem diferenciar os títulos obtidos antes e depois da Reforma de Bolonha.

Estabelece, assim, um alinhamento de reconhecimento de qualificações de “Bacharelatos e Licenciaturas”, sem qualquer reconhecimento da diferença inequívoca entre as novas licenciaturas, primeiros ciclos, que têm de facto relação com os antigos bacharelatos, e as antigas licenciaturas, que representam um nível acima do dos bacharelatos.

Não é curial que, fazendo esta portaria, e bem, menção expressa a um grau do anterior sistema, o bacharelato, não faça igualmente menção expressa ao outro grau desse mesmo antigo sistema, a licenciatura.

Esta classificação desvaloriza a qualificação profissional de centenas de milhar de licenciados pré-Bolonha, engenheiros e muitos outros, de forma gravosa, injusta e incompreensível, na medida em que, não só colide com o reconhecimento das suas qualificações profissionais, há dezenas de anos consolidado e aceite pela Sociedade, como também introduz confusão no próprio ordenamento jurídico nacional, em especial sobre o reconhecimento nas formações de nível superior.

Trata-se de uma decisão que potencia injustiças, dado que não estimula, nem valoriza, quem se preocupou em obter mais e melhor conhecimento, podendo dar origem a uma descapitalização do Estado e das empresas menos atentas (ao nível de conhecimento e competências).

Pode, assim, induzir uma “aculturação” social de qu

famílias, e, nalgumas situações, tão desligada das necessidades efectivas de Portugal?

A acrescentar a esta situação, constata-se que a regulação tem sido verdadeiramente esquizofrénica. Em muitas situações, o que acontece na prática é a produção de legislação cuja única finalidade é regular quem tem competências para regular o exercício da profissão.

Na sequência destas reflexões surgem então as seguintes questões:

Como pode a Ordem dos Engenheiros ser reconhecida pela sociedade como uma organização de interesse público, que pugna pela qualidade dos actos de engenharia e regula o exercício da profissão de engenheiro?

Como pode a Ordem dos Engenheiros ser reconhecida como tributária do processo de desenvolvimento do país, sobretudo enquanto fonte de criatividade, inovação e desenvolvimento?

Os engenheiros organizam-se na Ordem dos Engenheiros, organismo de inscrição obrigatória, exercendo a profissão com independência e autonomia face ao Estado, pertencendo a esta associação profissional o poder e a missão de disciplinar a actividade.

Dado que a Engenharia é uma profissão de confiança pública, a protecção dos cidadãos pressupõe que seja assegurado um nível de qualidade do serviço prestado, bem como o respeito por normas de natureza deontológica. É nesta perspectiva que a Ordem protege e cultiva os valores deontológicos.

A Ordem dos Engenheiros surge, assim, como tendo um papel relevante na nossa sociedade, constituindo-se como um garante, perante essa sociedade, de que os seus membros têm a adequada formação para o exercício dos actos de engenharia.

Daí a relevância da apresentação e debate, neste Congresso, dos aspectos fundamentais da organização da profissão, dos efeitos das mudanças no regime do ensino superior de Engenharia, na qualificação e desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, na forma como a Ordem se deve posicionar face aos desafios colocados pelas alterações ocorridas, tanto no ensino, como na legislação específica com implicações no exercício da profissão de engenheiro.

Saliento a importância que a Ordem dos Engenheiros tem dedicado à formação contínua dos seus membros, constituindo-se igualmente como uma referência, na nossa sociedade, por ser também um elemento activo e credível na discussão séria, e sem conotações corporativas ou de natureza partidária, dos problemas que mais nos preocupam, como cidadãos tecnicamente preparados, e na apresentação de propostas para a sustentação da decisão política em investimentos públicos, designadamente no domínio das obras públicas.

A situação actual aponta para a necessidade de uma maior projecção dos engenheiros portugueses para o mundo – o engenheiro bem preparado com ferramentas de empreendedor, sempre pronto a enfrentar novos desafios e abdicando do desempenho trivial.

Este aspecto é apontado, já hoje, como uma realidade, dado o número de engenheiros portugueses que trabalham em países estrangeiros. O reconhecimento do défice de engenheiros na Europa poderá constituir uma oportunidade que os engenheiros Portugueses devem considerar.

A Ordem dos Engenheiros procurará dar o seu apoio a esta nova situação através de um trabalho conjunto com as associações profissionais congéneres desses países anfitriões.

Assiste-se, actualmente, à tendência para abordar a inovação e o empreendedorismo numa óptica integrada, visto que são promovidos de forma concertada, por se considerar que os empreendedores são agentes de mudança e crescimento numa economia de mercado, podendo agir para acelerar a geração, a disseminação e a aplicação de ideias inovadoras.

Não é por acaso que documentos recentes com origem na Comissão Europeia, de várias inspirações e objectivos, reforçam a ideia de promover o empreendedorismo, principalmente quando a inovação, a competitividade e o emprego são preocupações políticas e estratégicas.

Naturalmente, estes objectivos estão associados à actividade de engenharia, pressupondo um sector empresarial capaz de incorporar a inovação e de promover uma evolução tecnológica ao serviço de uma economia de bens de valor acrescentado e, no caso do nosso País, estimulando, de forma acelerada e urgente, a criação de bens transaccionáveis.

Refere-se, a este propósito, que, de acordo com dados recentes divulgados pelo Banco de Portugal, a balança tecnológica do País em 2009 apresentou um saldo de 85 milhões de Euros.

Outro aspecto que se considera relevante, tem a ver com a aposta necessária no sector secundário, na convicção de que ele é relevante para o desígnio nacional de aumentar as exportações. Nos últimos anos, temos assistido a uma grande concentração da actividade de engenharia no sector terciário e uma redução significativa no secundário. Mas Portugal precisa de produzir.

No sentido de aumentar a incorporação das actividades de Engenharia no sector secundário, faz-se um apelo para que as PME, fundamentais no nosso País e na Europa, passem a empregar mais técnicos superiores, em particular engenheiros.

Bem sabemos que não será pela via da mão-de-obra barata que a nossa economia vai recuperar. Terá de ser pelo uso das qualificações profissionais, pela investigação e pela obtenção de soluções inovadoras que nos possamos diferenciar dos outros países.

O nosso propósito é que o Congresso constitua um fórum para análise e debate de aspectos fundamentais relacionados com o ensino da Engenharia, com as relações entre a escola e a indústria, com a integração dos jovens engenheiros e com o fomento do empreendedorismo.

A nossa determinação, como engenheiros, de: a)querer aprender sempre; b)pretender com a qualificação e a formação contínua, aumentar o conhecimento, adaptando-nos ou contribuindo para a sua permanente evolução; c)recusar ideias

feitas ou que estimulem corporativismos atávicos; d)repudiar soluções que possam introduzir na sociedade fórmulas indutoras de que as competências profissionais se podem adquirir por decreto; conduz à obrigação de lutarmos pela defesa de princípios e de valores, em que a qualificação para o exercício da profissão deve ser sustentada em formação académica adequada, na formação contínua e na avaliação curricular.

Consideramos que, desta forma, estamos a prestar um bom serviço ao País, porque acreditamos que os desafios do desenvolvimento económico passam por uma sociedade mais conhecedora, competente e apetrechada no uso das tecnologias, ao serviço desse desenvolvimento.

Acreditamos que o saber e a competência tecnológica são a chave para a modernização da nossa sociedade, fornecendo o “arsenal” adequado na luta contra a crise económica.

Faço votos que as conclusões deste Congresso correspondam aos nossos objectivos, contribuindo para a disseminação e sensibilização para temas, de grande actualidade e relevância, face aos desafios de uma sociedade global, em permanente mutação, altamente competitiva e, conseqüentemente, exigente.

A todos os participantes no Congresso e aos colaboradores da Ordem que contribuíram para a sua realização, o nosso

Muito Obrigado.

(Vale a versão lida)